

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR

Marcos Ulisses Cavalheiro

mcavalheiro_arquivo@yahoo.com

Graduando em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP-Marília) e licenciando em Letras pela Universidade Estácio de Sá (FAESO – Campus Ourinhos).

Sonia Troitão

smtr@marilia.unesp.br

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2010). Docente do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP-Marília).

RESUMO

Os arquivos pessoais revelam a vida privada e a carreira de um determinado indivíduo de repercussão para a sociedade, devendo, portanto, ser preservados devido ao valor cultural e testemunhal que caracteriza sua documentação. Nesta investigação, verificamos os desafios em torno à aplicação do *respect des fonds* na organização desses arquivos, partindo da concepção de Bellotto (2004) ao referir que é indispensável à organização arquivística por fundos. Relatamos a metodologia de organização do Arquivo Clarice Lispector (ACL) e, nessa perspectiva, discutimos a identificação dos tipos documentais como subsídio para a inserção do acervo em questão em contexto arquivístico, assim como os usos da tecnologia na construção de instrumentos de pesquisa, diante do novo paradigma do direito ao acesso à informação. Apesar dos desafios, nosso relato é de relevância para os campos da arquivologia, letras e história e áreas afins, uma vez que os documentos gerados e acumulados por um escritor de literatura constituem uma fonte de informação e memória, que será mais seguramente mantida se organizado em respeito à constituição do fundo documental.

Palavras-chave: Arquivo Clarice Lispector. *Respect des Fonds*. Tipologia Documental. Patrimônio Documental.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “A organização arquivística nos arquivos pessoais de escritores brasileiros: Relato do Arquivo Clarice Lispector”, está inserido na linha de pesquisa Produção e Organização da Informação contemplada pelos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Marília).

Para desenvolvimento deste, escolhemos o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), onde está custodiado – entre diversos fundos e coleções de escritores brasileiros – o arquivo pessoal de Clarice Lispector. Acreditamos que antes de adentrarmos em questões relativas à dimensão arquivística contempladas pelo fundo Clarice Lispector, faz-se imprescindível uma breve contextualização histórico-institucional da instituição custodiadora desse acervo que, sem dúvida, faz jus ao reconhecimento de que um arquivo, conforme bem aponta Silva (2010), não deve ser compreendido como um depósito empoeirado, mas como um lugar de memória.

O AMBL é um verdadeiro sonho drummondiano. Em 11 de julho de 1972, o grande poeta escreve em sua coluna no *Jornal do Brasil* um velho sonho:

Velha fantasia deste colunista – e digo fantasia porque continua dormindo no porão da irrealidade – é a criação de um museu de literatura. Temos museus de arte, história, ciências naturais, carpologia, caça e pesca, anatomia, patologia, imprensa, folclore, teatro, imagem e som, moedas, armas, índio, república.... de literatura não temos (....) (ANDRADE, 1972)

O sonho de Carlos Drummond de Andrade se tornou realidade em 28 de dezembro de 1972, quando instalado na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, um arquivo e museu com dedicação às letras. Vasconcellos (1999) explica que sua inauguração se deu com a Exposição Camoniana, em comemoração ao quarto centenário de *Os lusíadas* e com uma pequena amostragem de aproximadamente 100 documentos.

Na ocasião, Carlos demonstrou tamanha realização e satisfação, registrando seu sentimento e promovendo certo tipo de apelo, uma vez mais em sua coluna em o *Jornal do Brasil*.

Colecionador ou não colecionador, que tenha em casa um retrato, uma carta, um poema, um documento, de escritor brasileiro digno de nome de escritor, e como pode com ele enultrar o arquivo-museu menino, dirigido pelo espírito público de Plínio Doyle na Casa de Rui Barbosa: faça um *beau geste*, mande isso para São Clemente, 134, e terá oferecido a si mesmo o prêmio de uma satisfação generosa. (ANDRADE, 1972 apud FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, [s/d], p. 5)

Os pedidos feitos por Drummond e Doyle parecem ter obtido tamanhos retornos. Em pouco tempo, a Casa de Rui Barbosa passou a promover as exposições de Memória Literária. Vasconcellos (1999) explica que, desse modo, o arquivo-museu cresceu e passou a ganhar credibilidade e respeito no Brasil e no exterior.

O acervo arquivístico custodiado no AMLB, além de arquivos institucionais e o próprio arquivo pessoal de Rui Barbosa, conta com fundos e coleções de escritores renomados de nossa literatura. Atualmente, os fundos pessoais de Thiers Martins Moreira, Augusto Meyer, Manuel Bandeira, Lúcio Cardoso e Clarice Lispector possuem instrumentos de pesquisa próprios e já publicados. Ademais destes, existem ainda outros fundos de escritores com inventários em desenvolvimento, como o de João Cabral de Melo Neto.

Arquivos literários são consideradas fontes de memória e informação sobre escritores e suas respectivas vidas e obras, fornecendo abundante material a estudiosos das mais diversas áreas de conhecimento – entre eles, destacamos aqui, os pesquisadores oriundos da arquivologia e de letras. De acordo com Bellotto (1998, p. 201), a investigação nesses arquivos permite a esses pesquisadores “*realizar uma espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e a razão de ser de ações e atitudes suas*”.

Direcionado à pesquisa em literatura, Moreira (2007) acredita na importância de uma devida organização dos acervos pessoais de escritores, pois o material que o constitui serve de base para os estudos históricos da literatura, contribuindo, assim, para a preservação da memória literária cultural.

Os instrumentos de pesquisa, como os referidos inventários, visam facilitar o acesso e a recuperação da informação nos arquivos. No AMLB, o desenvolvimento desses surgiu da necessidade de atender os pesquisadores e começaram a ser produzidos em 1986. Em uma conversa via e-mail, Eliane Vasconcellos nos explicou que antes desse período, não se tinha o hábito de produzir os instrumentos de acesso e os documentos que compunham os acervos eram descritos um a um.

A perspectiva arquivística, a partir da qual pretendemos direcionar este trabalho, tem por objetivo geral analisar os desafios da aplicação do princípio básico da arquivologia – o *respect des fonds* - em arquivos pessoais, constituindo, pois, o fundo de arquivo. Por um longo tempo, os documentos de literatos foram desconsiderados do

ambiente arquivístico, tendo colecionados em bibliotecas ou expostos em museus. No entanto, Bellotto (2004) explica que é imprescindível que os arquivos permanentes sejam organizados por fundo.

Em fim, para cumprimento do objetivo geral de nossa investigação, temos por objetivos específicos uma busca por uma terminologia adequada para os arquivos pessoais de escritores enquanto sinônimo de arquivo literário, a inserção de seus documentos em contexto arquivístico, buscando nos estudos da tipologia documental subsídio para constituição das séries do arquivo literário, bem como abordar suas especificidades para o momento da organização arquivística e, finalmente, refletir acerca do patrimônio documental que um fundo documental originário de um escritor de literatura enquanto fonte primária para pesquisa histórica e literária.

2. O ARQUIVO, O ARQUIVO PESSOAL E O ARQUIVO LITERÁRIO: REFLEXÕES TERMINOLÓGICAS

Personal archives reflect not only what a person does or thinks, but who they are, how they envision and experience their lives. (HOBBS, 2001, p. 128)

Antes de nos atermos às especificidades do Arquivo Clarice Lispector, parece-nos fundamental refletir acerca do termo ‘arquivo’ e suas derivações, com o propósito de delimitar a realidade do acervo sobre o qual debruçaremos nossa análise.

Rodrigues (2006) alega que o conceito de ‘arquivo’ tem se modificado ao longo da história em conformidade às mudanças nos contextos político e cultural. A autora acredita que os arquivos são reflexos da sociedade que o produz e que, portanto, não há um consenso definidor do termo ‘arquivo’.

Heredia Herrera (2007) afirma que a ideia que se tem sobre o ato de arquivar está diretamente relacionado ao guardar, armazenar e conservar. Todavia, muito além do sentido técnico da custódia de documentos, a autora alega que o verdadeiro conceito de ‘arquivo’ está diretamente ligado não a qualquer documento, senão aos documentos de arquivo e que sobre tudo à utilidade dos referidos documentos à sociedade.

Paes (1994) ainda compreende o arquivo como sendo uma acumulação ordenada de documentos majoritariamente textuais, criados por uma instituição ou pessoa para a consecução de seus objetivos.

Diante da pluralidade conceitual que envolve o termo arquivo, faz-se necessário estabelecer definições para o que denominamos arquivos pessoais e arquivos privados. Para isso, iniciamos pela consulta do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) que classifica o arquivo pessoal de forma bastante clara, apontando-o como o “arquivo de pessoa física” (p. 26) e o arquivo privado como um “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” (p. 27).

Ao referir-se ao lugar dos arquivos pessoais no âmbito dos arquivos privados, Bellotto (2004, p. 256) afirma que *“a conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado”*.

É ainda possível verificar no capítulo III, no art. 11 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que *“consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”*.

Como visualizamos, não existe uma definição única e definitiva para o que é ou não considerado arquivo. O que não podemos deixar de lado é o entendimento de que o conjunto de documentos provenientes de uma determinada instituição ou pessoa constitui o fundo de arquivo. No caso dos arquivos pessoais dos escritores, ainda temos a responsabilidade de compreendê-los como uma fonte de memória e informação e, portanto, um patrimônio documental.

Hobbs (2001) afirma que os fundos pessoais contêm a documentação das vidas individuais e personalidade humana e sob a mesma perspectiva, Bellotto os enxerga como sendo:

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoa detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (2004, p. 266, grifo nosso).

A Fundação Casa de Rui Barbosa e o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira denominam os arquivos pessoais dos escritores como sinônimos de arquivos literários. No entanto, existe uma discussão na área arquivística, pois há quem acredite que o termo ‘literário’ diz respeito somente à documentação mais intimamente relacionada à

produção intelectual dos escritores, devendo, pois, ser hierarquizada dentro dos níveis do arranjo documental arquivístico, constituindo, por exemplo, um grupo ou uma série documental. Todavia, acreditamos e conduzimos a investigação com o pensamento de que ‘arquivo pessoal de escritor’ e ‘arquivo literário’ se justapõem, uma vez que a denominação desse último se justifica pelo fato de o arquivo ser justamente literário por dizer respeito à vida de um determinado indivíduo, cuja consagração lhe fora dada pelo êxito enquanto escritor de literatura.

3. CLARICE LISPECTOR: O LEVANTAMENTO BIOGRÁFICO E BIBLIOGRÁFICO COMO ETAPA PRIMÁRIA NA ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES.

Filha de Marieta e Pedro Lispector, Clarice nasceu em 10 de dezembro de 1920 em Tchetchelnik, na Ucrânia. Todavia, a família Lispector se mudou para o Brasil em 1921, passando a residir em Maceió. Três anos mais tarde, transferiram-se para o Recife. Em 1930, Clarice sofre a morte de dona Marieta e, em 1933, muda-se para o Rio de Janeiro com seu pai.

Apesar de o ano de 1940 ter sido marcado pela morte do senhor Pedro Lispector, foi a partir de então que Clarice iniciou seus rascunhos que mais tarde se tornariam ser obras literárias de excelência para nossa literatura. No mesmo período, Clarice ingressara na faculdade de Direito e em 1941 se tornou redatora da Agência Nacional. Enquanto cursou Direito, iniciou a escrever seu primeiro romance *Perto do Coração Selvagem*, publicado pela primeira vez em 1944.

Ano de grandes mudanças foi 1943, quando Clarice foi naturalizada brasileira e se casou com Maury Gurgel Valente, um diplomata, com quem anos mais tarde teria dois filhos, frutos do relacionamento. Em 1944, começou a escrever seu segundo – e penetrante – romance, *O Lustre*.

Clarice viveu por alguns anos fora do país, experiência que parece ter sido de grande inspiração literária para a escritora. A impressão que temos ao ler as obras que foram idealizadas fora do Brasil é que mesmo distante, Clarice sentia o país mais de perto. Nesse mesmo período de tempo é que foi gerada uma parcela da documentação que hoje compõe seu arquivo pessoal, sobretudo as cartas e correspondências. Seu regresso foi em 1950.

A escritora deu à luz a seu primeiro filho, Pedro, em 1949 e a seu segundo filho, Paulo, em 1953. Divorciou-se de Maury em 1959 e, desde então, passou a viver definitivamente no Rio de Janeiro com seus filhos. Na mesma época, adotou o pseudônimo de Helen Palmer e daí revelou-se uma escritora e jornalista de excelência, o que lhe conferiu diversas premiações, como o Carmem Dolores, em 1962, e o Golfinho de Ouro, em 1969.

Dois anos anteriores a sua morte, Clarice pareceu se doar às pinturas. Em 1975, a escritora declarou pintar não apenas com as mãos, mas com todo o corpo. Os quadros de Clarice, 14 deles intitulados e 02 sem títulos, também estão no acervo da escritora no AMLB, constituindo a série de documentos iconográficos.

O ano de 1977 foi quando Clarice prestou uma série de entrevistas, algumas delas para a TV Cultura. Esse foi também o ano em que no Rio, em 09 de dezembro, falecera, um dia antes do seu 57º aniversário, devido a uma súbita obstrução intestinal.

4. O ARQUIVO CLARICE LISPECTOR E O PRINCÍPIO DE PROVENIÊNCIA: DESAFIOS E EXPECTATIVAS

O Arquivo Clarice Lispector foi inaugurado em 1987, 10 anos após a morte da escritora, como uma singela forma de homenageá-la e difundir sua memória preservada. Representou um marco para os pesquisadores em literatura e língua, mas, sobretudo, aos admiradores de Clarice. Não se pode negar que seus documentos são um verdadeiro patrimônio documental, cultural e literário em nosso país, uma vez que Clarice representa uma das mais consagradas escritoras de nossa literatura.

O acervo fora doado pelo primeiro filho de Clarice, Paulo Gurgel Valente, e nele há subsídios indispensáveis para o estudo da vida e obra da escritora. Segundo Doyle (apud VASCONCELLOS, 1999, p. 7), o material que constitui o fundo documental fora recebido em dois lotes: O primeiro, ainda no ano da morte de Clarice e o segundo alguns anos mais tarde.

Além de documentos propriamente ditos de arquivo, o AMLB recebeu também livros que pertenceram à Clarice e alguns outros livros que foram escritos com dedicatória a ela, além é claro, objetos de posse da escritora. A flexibilidade dos arquivos pessoais permite que o ‘raciocínio arquivístico’ não se rompa pelo fato de

serem arranjados, em ambiente de arquivo, livros e objetos – documentos tradicionalmente remetidos à biblioteca e museu, respectivamente.

Para melhor prosseguirmos com esse âmbito, buscamos no Dicionário de Terminologia Arquivística um vocábulo que subsidiará o raciocínio em questão: Atividade-fim. Segundo o Dicionário, a atividade-fim ou finalística é aquela “(...) desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição.” (2005, p. 39). Para nos apropriarmos na dimensão dos arquivos pessoais de escritores, podemos afirmar que a atividade-fim da vida de um literato é a produção da literatura. Portanto, cabe a nós, enquanto pesquisadores e profissionais de arquivos, olhar os livros, por exemplo, com olhos arquivísticos, compreendendo-os como prova e cumprimento da missão de um escritor.

Ainda, Ducrot (1998) relata que devemos considerar que em um arquivo pessoal, além dos tradicionais documentos textuais, é comum a existência de cartazes, mapas, plantas, desenhos, croquis, fotografias, gravações sonoras, visuais ou audiovisuais de uma pessoa durante sua vida. Diante de toda essa complexidade dos gêneros, Paes (1994) demonstra que a partir deles, temos as espécies documentais que, por sua vez, aliadas às atividades desenvolvidas pelo indivíduo apresentam os tipos documentais. Essa discussão será realizada de forma mais aprofundada no seguinte tópico.

A importância da identificação dos tipos documentais concentra-se no fato de que podemos arranjar os documentos perpassando os níveis da classificação arquivística, ora estrutural, ora funcional. Assim é com todo e qualquer tipo de arquivo, ora pública, ora privada. No entanto, os arquivos pessoais merecem atenção, uma vez que são considerados informais, conforme aponta Lopez (2003).

Apesar dos desafios encontrados na lida com os documentos de arquivo pessoal, a discussão que propomos nessa investigação é a aplicação do princípio de proveniência como função matricial para o contexto arquivístico, pois a partir de sua aplicação, temos o fundo de arquivo que, por sua vez, se distingue de uma coleção artificial de documentos. Segundo Ducrot (1998, p. 158) “uma coleção de documentos históricos não constitui um fundo de arquivo, pois foi criada de maneira artificial, segundo os critérios determinados subjetivamente por quem os reuniu”.

Antes de declarado o *respect des fonds*¹, por Natalis de Wailly², em 1941, os documentos de arquivo eram classificados por assunto, como são os livros, por exemplo. No entanto, esse fazer não obtivera resultados positivos, uma vez que os documentos podem ter o número de assuntos que nossa imaginação permitir, contudo o documento de arquivo tem sempre uma devida função.

A reunião artificial de documentos e, por sua vez a coleção artificial, é extremamente subjetiva e rompe com um conceito de suma importância para a discussão arquivística: a Organicidade. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 127), esse quesito diz respeito à “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”. Em se tratando de arquivos literários, devemos automaticamente remeter que a ‘entidade produtora’ é o próprio escritor: Em nossa investigação, a própria Clarice Lispector.

5. O ARRANJO DOCUMENTAL DE CLARICE: A CONTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES

Há quem diga que o trabalho de arquivo é meramente técnico. Todavia, a organização arquivística é caracterizada por dois procedimentos intelectuais e apenas um técnico. Classificar e ordenar os documentos são procedimentos intelectuais; acondicioná-los é o fazer tecnicista da organização arquivística. No entanto, acreditamos que ao que se refere a arquivos pessoais de escritores, a organização arquivística parece integralmente intelectual, uma vez que exige capacidades de abstração muito grande por parte do arquivista e de sua equipe técnica.

Dentre as capacidades referidas, a primeira delas está em conhecer e, sobretudo, distinguir o que é gênero, espécie e tipo sob as perspectivas da arquivologia e da literatura. Tomemos por exemplo o vocábulo ‘gênero’, para nós arquivistas, existente em função da própria linguagem empregada na fixação da informação sobre um suporte. Porém, em literatura representa o que em arquivística equivaleria à espécie documental. Logo, a espécie documental ‘carta’ equivale ao gênero textual ‘carta’.

¹ O *respect des fonds* é brevemente conceituado pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004, p. 127) como o “princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras”.

² Paleógrafo, historiador e bibliotecário francês (1805-1886).

Ainda em referência às equivalências para lidar com conceitos da arquivologia *versus* letras, pensemos o conceito de ‘tipo’. O tipo documental, segundo Bellotto (2004), é a própria fórmula do documento em função da atividade que o gerou (espécie acrescida da atividade); já no âmbito literário, segundo Bakhtim (1997), os tipos textuais são cinco: Narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e injuntivo.

A partir desse mapeamento terminológico e os demais tópicos abordados previamente, chegamos à discussão crucial de nossa investigação: O arranjo documental. A responsável por esse procedimento no Arquivo Clarice Lispector foi a museóloga, mestre e doutora em literatura, Eliane Vasconcellos. Segundo ela mesma, no caso do ACL, o trabalho de arranjo documental foi uma adaptação da necessidade para atendimento aos usuários pesquisadores e admiradores de Clarice.

No ACL, o critério adotado foi o arranjo funcional que é, de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 37), aquele que tem “tem por eixo as funções desempenhadas pela entidade produtora do arquivo”. Duranti (1996) afirma que já a partir do século XVI os métodos de classificação começaram a ser baseados nas funções que produziam a documentação.

Na tentativa de busca pelas funções da vida de um literato, foram estabelecidas dez séries documentais para o arquivo de Clarice: “Correspondência pessoal, correspondência de terceiros, correspondência familiar, correspondência familiar de terceiros, produção intelectual do titular, produção intelectual de terceiros, documentos pessoais, diversos, documentos complementares e recortes”. (VASCONCELLOS, 1994, p. 5).

As séries documentais – e, eventualmente, subséries - são o mais baixo nível do quadro de arranjo e nela existem documentos referentes à mesma função, atividade, tipo documental ou, ainda, assunto, conforme aponta o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005). Em grandes instituições, nos arquivos administrativos, as séries são constituídas em função da produção do mesmo tipo documental. No entanto, ao falarmos em arquivos literários, não é possível constituí-los a partir da mesma lógica – uma vez que, nesses arquivos, registros derivados de atividades burocráticas são raridade, assim como numericamente inexpressivos quando comparados a grandes organizações produtoras de documentos decorrentes de funções administrativas.

Em um breve relato da identificação arquivística que levantamos através dos instrumentos de pesquisa do ACL, que nos foram cedidos pelo AMLB, constatamos que as séries são compostas pelos seguintes tipos documentais:

***Quadro de relação de tipos documentais do Arquivo Clarice Lispector –
Elaborado pelos autores**

Correspondências - Bilhete de aprovação; bilhete informativo; carta de comentário; carta de agradecimento; carta de elogio; carta de transcrição; carta de impressão; carta de pedido de autorização; carta de considerações; carta de interesse; carta de exposição; carta de pagamento; carta de admiração; carta de anúncio; carta de apreciação; telegrama de agradecimento; telegrama de elogio; telegrama de voto de restabelecimento; correspondência de referência; correspondência de notícia; correspondência de sugestão; correspondência de proposta; cartão de agradecimento; cartão de lembrança; cartão de opinião; cartão de comunicação; cartão de pedido de desculpas; convite de colaboração; convite de participação; ofício de agradecimento
Produção intelectual do titular – Documentos de cunho literário produzidos por CL Sub-séries: Ficção – contos; Não-ficção – crônicas; Traduções
Produção intelectual de terceiros – Documentos de cunho literário dedicados à CL
Documentos pessoais - Atestado escolar; autorização de viagem; certidão de nascimento; certidão de justificação de idade; certidão de casamento; certidão de procuração; certidão de desquite; contrato de promessa de venda de imóvel; contrato de edição; curriculum vitae; diploma; portaria de integração ao Conselho Consultivo do Instituto Nacional do Livro; passaporte; recibo de contas de direitos autorais; extrato bancário de contas de direitos autorais; título de eleitor; título de naturalização
Diversos - Autografo; autorização de negociação; boletim informativo; caderno de endereço e telefone; cartão de visita; cartões-postais; certidão de naturalização de Pedro Lispector; convites; contrato de locação de imóvel; desenhos de Paulo Gurgel; exercícios escolares de Paulo Gurgel; folheto de propaganda; impressos de cunho religioso; programação da Faculdade de Filosofia de Campos RJ; programação do 1 Congresso Mundial de Bruxaria; programa de teatro; proposta de trabalho; nota promissória em nome de Mauri Gurgel Valente; relação de críticas sobre CL; relação de prêmios literários.
Complementares - Carta circular de atividades teatrais; carta sobre a estreia do espetáculo Um Sopro de Vida; diploma de homenagem póstuma à CL
Recortes - Recortes de jornal de autoria de CL; recortes de jornal de autoria de terceiros
Documentos iconográficos – 16 telas pintadas por CL

A observação do material que constitui as séries documentais do ACL remete à compreensão de tais enquanto coleções. Nesse sentido, Schellenberg (2002) faz menção a uma denominada coleção natural que, por sua vez, é o próprio fundo de arquivo, mas se distingue de uma coleção artificial de documentos. Percebemos, até o momento, que

a reunião de alguns tipos documentais em uma mesma divisão hierárquica no arranjo documental arquivístico permite-nos visualizar que, no que tangem os arquivos pessoais de escritores, as séries são formadas a partir de tipos documentais, funções da vida e carreira de um literato, não rompendo, desse modo, o próprio conceito de fundo, já que toda a documentação é ora produzida, ora acumulada por Clarice.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa encontra-se em fase inicial de desenvolvimento; todavia, alguns dos objetivos propostos já têm sido alcançados. Em uma primeira instância, buscamos uma padronização terminológica para nos referir aos acervos arquivísticos cujo fundo é originário de um escritor de literatura. Para tanto, optamos por denominar esses acervos como ‘arquivo pessoal de escritor’, enquanto sinônimo de ‘arquivo literário’. Essa afirmação é justificada pelo fato de que a documentação produzida ou acumulada por um literato constitui um arquivo literário. Trata-se de um arquivo pessoal; porém não um arquivo pessoal qualquer.

Quanto ao ACL, de acordo com Dorigatti e Mello (2010), esse é o mais valorizado dos demais custodiados no AMLB. A escritora Clarice Lispector é uma figura literária de extrema repercussão em nosso país, o que assume o compromisso social da pesquisa, uma vez que o acesso à informação acerca de Clarice está firmado ao interesse social, sobretudo aos pesquisadores das áreas de letras, história e artes, bem como os admiradores da escritora.

Hoje, graças aos avanços tecnológicos e suas contribuições para recuperação da informação na dimensão arquivística, temos a comodidade de ter acesso aos documentos digitalizados na WEB. O AMLB oferece um ambiente virtual reservado aos usuários, que podem realizar um cadastro no portal da FCRB a fim de acessar a informação sobre Clarice e demais literatos cujos arquivos e coleções estão nela custodiados. Contudo, vale lembrar, que a simples disponibilização *on line* de documentos digitalizados, não é garantia de acesso à informação arquivística. A informação arquivística é necessariamente decorrente do trabalho de contextualização de documentos de uma mesma proveniência. Nesse sentido, o uso da tecnologia na construção de instrumentos de pesquisa deve integrar-se aos trabalhos de organização

arquivística, em seu sentido mais amplo, contemplando os processos de: identificação, classificação, ordenação, descrição e acesso. Desse modo, o usuário tem garantido o direito à informação.

Não há dúvidas de que o ACL é uma fonte de memória e informação, uma vez que nele há vestígios indispensáveis para o estudo da vida e das obras da escritora. É nesse sentido que o arquivo literário passa a obter valor de patrimônio documental, essencial para a preservação da memória literária.

Enfim, ressaltamos a contribuição dos estudos da Diplomática e Tipologia Documental no desenvolvimento desta pesquisa. Evidencia-se que as séries que compõem o arquivo literário são relativamente distintas dos arquivos administrativos, por exemplo. Desse modo, o estudo da fórmula documental permite-nos relacionar os tipos documentais inseridos em uma determinada série. Nesse sentido, trata-se de um questionamento atual compreender o sentido da existência das séries ‘diversos’, comuns em arquivos pessoais.

THE ARCHIVAL ORGANIZATION IN BRAZILIAN WRITERS' PERSONAL ARCHIVES: CLARICE LISPECTOR ARCHIVE REPORT

ABSTRACT

The personal archives reveal the private life and career of a determined individual with such repercution for the society, thus, they must be preserved due to the cultural and testimonial value which features their documentation. In this investigation, we have verified the challenges around the respect des fonds application in the organization of these archives, beginning by the conception of Bellotto (2004), when referring the archival organization is indispensable by archive groups. We report the Clarice Lispector Archive (CLA) organization methodology and, under this perspective, we discuss the identification of the record types as subsidy to insert the holding in archival environment. Despite the challenges, our report is outstanding to the fields of archival science, literature, history and similar areas, once the documents generated and accumulated by a literature writer constitute an information and memory source, which will be better maintained if organized in respect to the archive group constitution.

Key-words: Clarice Lispector Archive. *Respect des Fonds*. Record Type. Documental Heritage.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. **Legislação arquivística brasileira**. (2011).
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-175, jan./jun. 1998.
- DORIGATTI, Bruno; MELLO, Ramon. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. In: Saraiva Conteúdo. **NET**, ago., 2010. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/10372>>. Acesso em: 01 maio 2012.
- DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998.
- DURANTI, Luciana. **Diplomática – usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona: S&C, 1996.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira**. Um sonho drummondiano. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura, [s/d].
- HEREDIA-HERRERA, Antonia. **Achivística General: Teoría y Practica**. Sevilla: Diputación Provincial, 1988.
- _____. **¿Qué es un archivo?** Gijón: Trea, 2007.
- HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52, p. 126-135, 2001.
- LISPECTOR, Clarice. **Correspondências**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- LOPES, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, jul./dez. 2003.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2010.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SILVA, E. da. Importância dos arquivos na construção da História: O caso de Cabo Verde. **NET**, Cabo Verde, Abr. 2010. Disponível em: <euclidesjr.blogspot.com.br/2010/04/596.html>. Acesso em: 02 nov. 2011.

VASCONCELLOS, Eliane. **Inventário do Arquivo Clarice Lispector**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1993.

_____. A Preservação da Memória Literária. In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org). **Arquivos, Patrimônio e Memória**. Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999, p. 41-48.